

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
COORDENAÇÃO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS  
CÂMPUS DOIS VIZINHOS

ANA CLÁUDIA MACHADO

**OS FUNDAMENTOS DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA: UM ESTUDO A PARTIR  
DA CARTA DA TERRA**

DOIS VIZINHOS

2019

ANA CLÁUDIA MACHADO

**OS FUNDAMENTOS DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA: UM ESTUDO A PARTIR  
DA CARTA DA TERRA**

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção da aprovação na disciplina.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Diel.

DOIS VIZINHOS

2019

ANA CLAUDIA MACHADO

**OS FUNDAMENTOS DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA: UM ESTUDO A PARTIR  
DA CARTA DA TERRA**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fernando Diel  
UTFPR – Dois Vizinhos

---

Prof. Dra. Rosângela Maria Bueno  
UTFPR – Dois Vizinhos

---

Prof. Dr. Siderlene Muniz Oliveira  
UTFPR – Dois Vizinhos

Dois Vizinhos, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

À minha mãe, Vitória Machado e a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida. Aos amigos e colegas, pelo incentivo e pelo apoio constante.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, não deixando desistir desse sonho.

A esta Universidade UTFPR, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior.

Aos professores Daniela Macedo Lima, Dineia Tessaro, Everton Lozano, Marcieli Felippi, pela orientação, apoio e confiança e por não ter me deixado desistir e principalmente por acreditar que seria capaz de chegar até o fim, por todas as vezes que chorei e desabafei e com palavras de carinho me consolaram e me manteram firme nessa jornada.

Ao meu professor orientador Dr. Paulo Fernando Diel pela oportunidade e apoio na elaboração deste trabalho, pelo paciente trabalho de revisão da redação, pelo suporte no pouco que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Agradeço a todos os professores por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo formação profissional, portanto que se dedicaram a mim, não somente por terem me feito aprender. A palavra mestre nunca fará justiça aos professores dedicados aos quais sem nominar terão os meus eternos agradecimentos.

Aos meus pais, pelo amor incentivo e apoio incondicional.

Agradeço minha mãe Vitoria Machado, heroína que me deu apoio, amor, incentivo nas horas difíceis, desânimo e cansaço.

Ao meu pai Joao Machado meu anjo da guarda que mesmo não estando presente fisicamente, esteve sempre presente no meu coração em espírito me ajudando a superar e vencer esses momentos difíceis. Amo-te pra sempre.

Obrigada a minha família, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Meus agradecimentos aos amigos Simone, Fernanda, Maritânia, Tais, Isabella, Caroline, Dionislei companheiras de trabalhos e irmãs na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Muito Obrigada!

MACHADO, Ana Claudia. **Os fundamentos da Integridade Ecológica: Um estudo a partir da Carta da Terra**. 2019. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso II (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Dois Vizinhos, Paraná, 2019.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é buscar apresentar uma discussão sobre a integridade ecológica a partir do estudo da Carta da Terra e como seus princípios podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da vida e das ações do homem em relação ao meio ambiente, garantindo além do desenvolvimento, a biodiversidade, a justiça social e o respeito ao meio ambiente em uma sociedade que cresce de acordo com a moral consumista e utilitarista. Diante de padrões de desenvolvimento tecnológico, baseados numa ética tradicional antropocêntrica que tem desencadeado sérios riscos à natureza, resultando numa ameaça à própria espécie humana. Este trabalho tem se baseado nos principais aspectos que perpassam por questões da ética como proposta oposta à moral estabelecida pelo consumismo, à economia global, ao sistema capitalista e à interdisciplinaridade dos conhecimentos gerados no entorno do desenvolvimento e integridade socioambiental. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Ela procura dialogar com a literatura de referência sobre o tema estabelecendo um diálogo sobre os fundamentos da Carta da Terra.

**Palavras-chave:** Sociedade. Meio ambiente. Sustentabilidade.

## **ABSTRACT**

The aim of this paper is to present a discussion about ecological integrity, based on the study of the Earth Charter and its respective principles, which can contribute to the sustainable development of human life and actions in relation to the environment, including the development of the environment, biodiversity, social justice and respect for the environment in a society that grows according to a consumerist and utilitarian morality. Faced with patterns of technological development, based on a traditional anthropocentric ethics that triggers serious risks to nature, resulting in a threat to the human species itself. This work is based on the main aspects that permeate ethical issues, such as opposing proposals for moral consumption, global economy, capitalist system and interdisciplinarity of knowledge generated in socio-environmental economic and social development. It is a bibliographic and documentary research. It seeks to dialogue with a reference literature on the subject that establishes a dialogue on the foundations of the Earth Charter.

**Keywords:** Society. Environment. Sustainability.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>CAPÍTULO I - 1.1 A CRISE ECOLÓGICA E DINÂMICA NO CENÁRIO MUNDIAL</b> ...	11
1.2 APROPRIAÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO NA LINGUAGEM CAPITALISTA .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
1.3 ATUAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO II</b> .....	16
2.1 A CARTA DA TERRA: UM PASSO PARA A SUSTENTABILIDADE	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2 OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CARTA DA TERRA.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CAPÍTULO III</b> .....	22
3.1 COMO É CONSTRUÍDA A INTEGRIDADE ECOLÓGICA: CRÍTICA AO ATUAL CONCEITO DE INTEGRIDADE ECOLÓGICA .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33
<b>ANEXOS</b> .....	35

|



## INTRODUÇÃO

A crise ambiental tem sido na atualidade a grande questão que envolve as diferentes esferas da humanidade. A agressão do homem contra a natureza colocou a humanidade em perigo. A partir do século XVI o homem, impulsionado pelo desenvolvimento da ciência, constrói uma relação agressiva e destrutiva contra a natureza. Desde a segunda metade do século XX, começamos a tomar consciência desta relação perigosa entre o homem e a natureza e a sentir os efeitos negativos da destruição ambiental. Iniciaram então, as análises críticas de todo o processo de desenvolvimento, especialmente, sobre o econômico em nossa sociedade, pois o capitalismo se construiu fundamentado sob o princípio de que os recursos naturais são ilimitados, em consequência, a cultura do consumismo tem acelerado a destruição ambiental e criado uma situação insustentável ao meio ambiente e ao próprio homem.

Diante desta problemática, a ONU tem mobilizado esforços para que a sociedade civil, o Estado e as grandes corporações financeiras repensem sua relação com o meio ambiente. Deste esforço nasceu a Carta da Terra, fundamentada na integridade ecológica, que visa proteger e restaurar o meio ambiente como um todo, orgânico e vivo, norteando as relações homem-ambiente de forma sustentável. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é buscar apresentar uma discussão sobre a integridade ecológica a partir do estudo da Carta da Terra e como seus princípios podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da vida e das ações do homem em relação ao meio ambiente, garantindo, além do desenvolvimento, a biodiversidade, a justiça social e o respeito ao meio ambiente em uma sociedade que cresce de acordo com a moral consumista e utilitarista. Tendo em vista que atualmente a sociedade se preocupa em consumir excessivamente sem se preocupar com os danos que podem causar a natureza, este estudo busca entender o sentido da integridade ecológica e os avanços da sociedade como um todo na busca pela sustentabilidade, de acordo com os princípios propostos na Carta da Terra.

Entendemos que um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade contemporânea perpassa por questões socioambientais, tendo a possibilidade de melhoria a partir da busca pela sustentabilidade, preservação ambiental e a busca de recursos renováveis em prol do desenvolvimento. É preciso que haja um processo de discussão e reflexão sobre os problemas ambientais, para que a sociedade entenda e se conscientize a respeito da importância de novas diretrizes de um percurso inevitável de crescimento.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que procura dialogar com a literatura que debate o tema e possui como base documental a Carta da Terra. A Carta da

Terra é um documento que passou por diversas etapas (discussão e redação) até a sua elaboração final no ano 2000. Contribuíram para a sua elaboração várias pessoas de diferentes segmentos da sociedade global. Ela chamou a atenção para a urgência da atual situação que se encontra no nosso planeta. O documento se consagrou como uma nova Declaração dos Direitos do Homem, procurando integrar o homem e a natureza na sua totalidade.

Para melhor organização e visualização das informações coletadas através da pesquisa bibliográfica, o presente trabalho encontra-se organizado em três capítulos.

O capítulo I abrange três tópicos, “Crise ecológica e dinâmica no cenário mundial”, o qual trata das problemáticas envolvidas por trás de tal situação de crise ecológica vivenciada nos tempos de hoje. Ainda neste capítulo, abordamos o tema da “apropriação do discurso ecológico na linguagem capitalista”, que comenta sobre a implementação em larga escala do discurso ambiental, a fim de favorecer o capitalismo, mascarando as reais consequências dos problemas causados ao meio ambiente. O último assunto diz respeito aos “Atuais problemas ambientais”, pincelando de forma geral alguns dos problemas que assolam a sociedade mundial.

Já o capítulo II concentra-se inteiramente na Carta da Terra, documento que busca inspirar para a sociedade uma maior consciência sobre o nosso planeta, incluindo visões éticas, direitos ambientais e humanos, qualidade de vida e justiça. Este capítulo engloba dois tópicos: “A Carta da Terra: um passo para a sustentabilidade”, que sintetiza o histórico do documento e todo o seu processo de desenvolvimento, enquanto o segundo se ocupa com: “Os princípios norteadores da Carta da Terra”, colocando em pauta os principais objetivos almejados com a criação deste documento e também sua estruturação.

O último capítulo é destinado ao princípio de Integridade Ecológica: “Como é construída a Integridade Ecológica: Crítica ao atual conceito de Integridade Ecológica”. Este capítulo pretende analisar criticamente o atual modelo da Integridade Ecológica, bem como refletir sobre o que a Carta da Terra propõe sobre este tema. Qual é a sua compreensão de Integridade Ecológica e o que ela necessita para uma verdadeira efetivação.

## CAPÍTULO I

### 1.1 A CRISE ECOLÓGICA E DINÂMICA NO CENÁRIO MUNDIAL

Embora a crise ecológica seja comumente considerada um problema de ordem pública e recorrente ao nosso tempo, Allegretti, Barca e Centemeri (2013) enfatizam que não há um consenso quanto às implicações políticas e sociais desta problemática. Sabemos que este é um problema atrelado ao desenvolvimento de todas as sociedades ao longo da história das civilizações. A crise pode ser observada como um conjunto de problemáticas ligadas à justiça social em determinado espaço que se manifesta hoje em dia como injustiças de natureza socioeconômica e epistêmica, sugerindo que a própria relação do homem com o mundo não é definida apenas em termos de propriedade e utilidade econômica de um determinado momento, mas apresenta uma forte ligação à consciência ética passada entre as gerações e sua necessidade de modificar o espaço em que vive (VIVEIROS et al., 2015).

As consequências das tendências atuais são muito piores do que se pensava há alguns anos atrás, e colocam em dúvida a contínua prestação de serviços ecossistêmicos, considerados vitais. Atualmente, os pobres tendem a sofrer desproporcionalmente com as alterações catastróficas, no entanto, nas próximas décadas, todas as sociedades sem distinções, têm a perder, pois os efeitos negativos da crise ambiental irão atingir todas as classes sociais

Como sugere Coelho et al. (2013), as políticas ambientais nas diferentes esferas do poder, estão longe de buscarem a transformação das bases do sistema econômico que se conduz ao esgotamento dos recursos do planeta, e tem até mesmo sustentado sua expansão, através de um discurso de modernização ecológica. Embora sejam crescentes as forças em prol da justiça social e econômica em todos os níveis na promoção do desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, o discurso em prática é outro.

Lara e Oliveira (2017) sugerem que as correntes dominantes do discurso da sustentabilidade atualmente, como as regulamentações monopolizadas por agentes poucos politizados apontam para um futuro em que as políticas ambientais serão determinadas pelos interesses do mercado, algo que é incapaz de substituir o papel dos governos no que se refere a questões ambientais. É notável que o discurso da sustentabilidade é cada vez mais dominado pelos interesses corporativos do dinheiro.

De acordo com Velasque, da Silva e di Lorenzo (2018), a crise ecológica da sociedade atual exige a ativa participação de todos os membros da sociedade. Sob a ótica dos autores, no atual contexto, o exercício da cidadania possui limitações, sendo ela moldada por interesses particulares de grupos econômicos específicos, que muito das vezes não são convergentes aos

interesses ambientais, acarretando em observações e apontamentos contrários aos princípios da democracia participativa. Isso só ocorre em razão da fraca consciência ética da sociedade, das instituições, dos poderes públicos e da comunidade civil em geral.

Reforça-se a necessidade do fortalecimento das instituições democráticas e a transparência nas tomadas de decisões por instâncias ligadas ao governo. Como sugere Brito (2017), na situação da atual conformação econômica, social e política a busca pela sustentabilidade exige avaliar e refletir sobre as mudanças que são passíveis de serem realizadas em uma sociedade baseada na lógica capitalista, através de uma crítica aprofundada da estrutura e da consciência humana.

## 1.2 APROPRIAÇÃO DO DISCURSO ECOLÓGICO NA LINGUAGEM CAPITALISTA

De acordo com os autores Chiaretti e Sarti (2017), o discurso ecológico estabelecido hoje promove, por um lado, a incitação ao consumo e, por outro, a culpabilização do sujeito consumidor que deve impor limites a si e, por decalque, impô-los também ao "sem limites" que está calcado em um discurso capitalista.

O que ocorre na realidade é que na tentativa de criar uma identidade entre as sociedades reduzindo ou eliminando as diferenças, o discurso ecológico oportuniza o surgimento de uma geração de empresários que se apropriam do discurso ecológico como uma forma de valorização do capital. Esta onda acentuou um discurso em que o homem é sistematicamente caracterizado como o destruidor da natureza, favorecendo a incorporação da ideia de desenvolvimento sustentável como uma necessidade obrigatória e a todo custo por grandes corporações (CARLOS, 2011).

No âmbito das certificações ambientais, surge uma crescente supervalorização do discurso ecológico pelo setor empresarial. A construção civil é um dos maiores exemplos do impacto ambiental gerado pelo setor produtivo, representando cerca de 35% do consumo de energia, matéria prima, geração de resíduos e poluição. Sob esta prática, visualiza-se a crescente busca pelos empreendimentos sustentáveis. Sob a ótica de novas estratégias, introduziu-se novas normas de qualificação ambiental e redução de impactos gerados pela atividade humana, como a Norma de Desempenho ABNT NBR 15575/2013 (CONTO et al., 2017).

Assim como é observado por Oliveira (2017), o cumprimento de diretrizes e normas ambientais aplicados às grandes cadeias produtivas, surge, inicialmente, sob forte pressão de organizações não governamentais em conjunto com a introdução na legislação governamental, de leis de abrupto antagonismo com a realidade até então conhecida.

Desta forma, a princípio, tornou-se difícil o controle das práticas ambientalmente incorretas dentro de todos os setores da produção de bens, o que muitas vezes, alocou a questão ambiental em segundo plano em diversas discussões sobre desenvolvimento. Posteriormente, surgiu a ideia, o entendimento e possibilidade de utilizar a adequação às normas ambientais como ferramenta de mercado, e assim, os empresários cada vez mais, trabalham a valorização de seus produtos com base no discurso de elevação dos princípios de convivência e direitos éticos, morais, de respeito e liberdade, sendo estes, definidos como unidades básicas desde os primórdios da civilização humana (OLIVEIRA, 2017).

### 1.3 ATUAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) sobre Meio Ambiente trazem a perspectiva ambiental como um modo de visão o qual tornam-se evidentes as inter-relações e interdependências de diferentes partes para a constituição e posteriormente a manutenção da vida. O crescimento da sociedade e a intervenção no meio ambiente tornaram-se diretamente proporcionais, juntamente com o modelo de civilização vivido atualmente. Os PCNs (1997, p. 3) ainda trazem a seguinte informação:

A demanda global dos recursos naturais deriva de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica, associada a essa formação, que rege o processo de exploração da natureza hoje, é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais e é criadora de necessidades que exigem, para a sua própria manutenção, um crescimento sem fim das demandas quantitativas e qualitativas desses recursos.

Sistemas de vida perdem seu equilíbrio ecológico em prol de um modelo econômico, o qual possibilita uma grande concentração de renda, não impedindo que a miséria e a pobreza assolem inúmeras pessoas. As consequências de todas estas atividades estão sendo percebidas cada vez mais, como por exemplo, o esgotamento do solo, contaminação de águas e contaminação atmosférica.

De acordo com Marcatto (2002), é notável o enorme crescimento de movimentos ambientalistas e do interesse na preservação ambiental, este aumento proporciona avanços científicos e tecnológicos, os quais permitem o conhecimento acerca dos problemas ambientais enfrentados nos dias de hoje.

O modelo de desenvolvimento usado nos dias de hoje é caracterizado pela sua atividade altamente esgotante dos recursos naturais, poluição atmosférica, poluição do solo, aniquilamento da biodiversidade animal e vegetal. A degradação do meio ambiente é originária da sociedade, juntamente com seu modelo complexo de desenvolvimento a qualquer custo.

De acordo com Dias (2018), os problemas ambientais encontram-se tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, em que nos centros urbanos os problemas mais vistos e discutidos estão relacionados a queima de combustíveis fósseis, lixo e esgoto, enquanto nas áreas rurais os maiores problemas estão unidos com a intensa atividade agrícola e o uso acentuado de agrotóxicos e demais insumos.

A poluição atmosférica, provinda principalmente pela queima de combustíveis fósseis, principalmente gasolina e diesel, vem sendo um enorme problema que afeta a sociedade. De acordo com Azuaga (2000), a poluição atmosférica pode ser conceituada como a presença de substâncias tóxicas e nocivas na atmosfera, afetando seu equilíbrio, prejudicando o meio ambiente e as outras inúmeras formas de vida. Segundo o autor, os principais danos causados pela poluição atmosférica destacam-se a acidificação de rios e florestas, aumento de problemas respiratórios e circulatórios na população e a enorme contribuição para o efeito estufa e aquecimento global.

Estudos da Global Burden of Disease (2019) mostram que a poluição do ar é a 5ª maior causa de morte entre todos os riscos de saúde, mais pessoas morrem de doenças relacionadas a poluição atmosférica do que de lesões no trânsito ou malária. Apesar de uma redução nas emissões de poluentes e melhoria na qualidade do ar que vem ocorrendo na Europa, os valores limites para ozônio e matéria particulada continuam a ser extrapolados (MENDES, 2013).

Outro grande problema que assola a sociedade encontra-se principalmente nas zonas rurais: o intenso uso de agrotóxicos, os quais ocasionam diversos problemas ao meio ambiente, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Brasil, atualmente é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, acarretando em uma ampla contaminação ambiental. Os agrotóxicos, como o próprio nome já diz, são muito tóxicos, seus resíduos são capazes de chegar a águas superficiais e subterrâneas, além disso a contaminação atmosférica também acontece com o uso destes químicos. A saúde humana juntamente é afetada, principalmente com trabalhadores que se expõem diretamente a tais produtos.

De acordo com a Lei 7.802 de 1989 (Brasil, 1989) agrotóxicos e afins são:

- a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento.

A utilização desses pesticidas causa a contaminação no solo, de lençóis freáticos e também de rios e lagos, dessa forma, quando acontece o uso de algum agrotóxico e chega primeiramente ao solo, após isso, a chuva ou a irrigação faz com que a contaminação seja facilitada, intoxicando tudo que em determinada região existe (RIBEIRO, 2016). Ao observar certos tipos de agrotóxicos como os organoclorados e organofosforados, é vista uma característica bioacumulativa, que faz com que os compostos permaneçam no corpo de animais que o digeriram mesmo após sua morte, exemplo disso são os insetos e peixes, (RIBEIRO; PEREIRA, 2016).

Ribeiro (2017), afirma também que o uso de agrotóxicos leva ao empobrecimento do solo, reduzindo a eficiência dos processos que envolvem a fixação de nitrogênio, fazendo com que o uso de fertilizantes a fim de reduzir estes danos sejam cada vez mais frequentes, prejudicando cada vez os alimentos e fazendo com que uma alimentação saudável fique cada vez mais distante.

Além desta problemática, o intenso uso de agrotóxicos permite o desenvolvimento de pragas cada vez mais fortes e resistentes, por meio do processo de seleção natural. O uso destes produtos também afeta o equilíbrio de abelhas polinizadoras e a destruição do habitat de diversas espécies (RIBEIRO, 2016). Para mais, acaba afetando também a saúde humana, de acordo com Ribeiro (2016), os perigos se encontram no momento da fabricação, da aplicação e por fim ao fazer o consumo de um produto contaminado.

## CAPÍTULO II

### 2.1 A CARTA DA TERRA: UM PASSO PARA A SUSTENTABILIDADE

De acordo com Mendes e Avelar (2018), a preocupação com o meio ambiente e com as questões ecológicas iniciaram após o período da II Guerra Mundial, em que foram percebidas as consequências deixadas pelas guerras, em primeiro plano pela intensa preparação bélica e seus resíduos industriais, posteriormente pela enorme devastação e estrago de diversos espaços sociais e ambientais.

Em 1987, durante a Comissão de Brundtland, das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento recomendou-se a redação de uma carta, a qual abordasse o desenvolvimento sustentável, na forma de uma “nova carta”. Entretanto, foi apenas no decorrer de outro evento, a Cúpula da Terra (ECO-92), realizado no Rio de Janeiro em 1992 que foi realmente decidido criar uma carta internacionalmente aceita. A proposta da Carta da Terra foi apresentada ao mundo na Eco-92 no Rio de Janeiro.

Naquele momento não houve consenso entre os governos, pois o texto não se encontrava suficientemente maduro dando abertura a novas reuniões sobre o assunto (BOFF, 2008). Com isso, é adotado apenas a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Através da liderança de Maurice Strong, foi criado o Conselho da Terra para promover a execução dos tratados decididos durante a Cúpula da Terra.

Em 1994 Maurice Strong, juntamente com o presidente da Cruz Vermelha Internacional, Mikhail Gorbachev, apresentaram uma iniciativa para elaborar uma Carta da Terra. Em 1995 são iniciadas consultas internacionais a fim de desenvolver a Carta, representantes da sociedade civil, especialistas e governos se reúnem em Haia, na Holanda.

Em 1997, foi definida a Comissão Internacional da Carta da Terra, em que inicialmente Paulo Freire havia sido convidado a participar como membro da Comissão. Porém, Paulo Freire faleceu pouco tempo depois e fora substituído por Leonardo Boff.

O texto final da Carta da Terra foi divulgado em junho de 2000, em que a Comissão da Carta da Terra se reuniu em Paris, França para o lançamento público. Hoje, este documento se encontra traduzido em mais de cinquenta idiomas e possui apoio de mais de 2500 organizações.

O texto inclui:

- a) Preâmbulo propondo uma visão, uma análise e um desafio à nossa situação mundial atual;
- b) quatro princípios fundamentais (estruturados) como títulos para as partes I, II, III e IV;
- c) quatro princípios gerais iniciais, representando compromissos amplos, articulados na parte I;
- d) doze ulteriores princípios gerais, articulados nas partes II, III e IV, necessários para tornar efetivos os quatro amplos



compromissos estabelecidos na parte I; e) sessenta e um princípios de suporte, derivados dos dezesseis princípios gerais, para dar-lhes uma direção concreta; f) uma conclusão intitulada um novo início (FERRERO; HOLLAND, 2004, p. 75).

Os dezesseis subprincípios, descritos na Carta intitulam-se: 1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade. 2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor. 3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas. 4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações. 5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida. 6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução. 7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário. 8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido. 9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental. 10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável. 11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas. 12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias. 13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça. 14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável. 15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração. 16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.

A Carta da Terra é a soma de muitos debates acerca de objetivos e valores compartilhados por diferentes povos e culturas.

A redação deste documento foi feita com consultas abertas, milhares de pessoas e centenas de organizações espalhadas pelo mundo puderam participar do desenvolvimento da Carta.

A Carta teve seus detalhes finais realizados por especialistas e representantes dos governos, é o resultado de um tratado entre povos, o qual estabelece uma importante manifestação de esperança e desejos da atual sociedade.

Em seu livro “A Carta da Terra na Educação”, Gadotti (2010), declara que o Brasil é o berço da construção da Carta da Terra, citando 1992, durante o Fórum Global Rio-92, em que mais de dez mil representantes de organizações não governamentais iniciaram uma campanha denominada “Nós somos a Terra”.

A Carta da Terra retrata um consenso crescente na sociedade, de forma mundial, apresentando uma estrutura integrada e coesa que visam o desenvolvimento de programas e currículos educacionais, objetivando a construção de saberes para a criação de um mundo mais crítico, justo e pacífico (MENDES; AVELAR, 2015).

A Carta da Terra apresenta uma abordagem holística dos problemas contemporâneos da sociedade, considerando a pobreza, as constantes atividades refletidas em degradação ambiental e em injustiças sociais, os conflitos étnicos tornando-se evidentes em manifestações, a paz mundial em jogo, a democracia abalada, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes demandando soluções inclusivas.

Em termos gerais, é a voz da urgência frente às ameaças que têm comprometido a sustentabilidade planetária, sobre toda a biosfera e as atividades humanas (GADOTTI, 2010, p.14).

Em seu preâmbulo, a Carta da Terra (2000, p. 1) apresenta as problemáticas do mundo moderno que motivaram sua criação:

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio de uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida e com as futuras gerações.

De acordo com Margarido (2010), o mundo vive em uma situação em que coexistem situações de cerceamento à liberdade e aos direitos humanos e uma lógica de mercado apoiada em instrumentos midiáticos, favorecendo o consumo desenfreado. Diante disso, o que se mostra em questão, é que tem sido cada vez mais preciso estabelecer processos suficientemente capazes

de induzir mudanças significativas, em outras palavras, o apoio e o fortalecimento de políticas públicas por governanças globais para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Muñoz (2015), na questão ambiental o discurso ético se concretiza em normas morais concretas, baseando-se em pautas de ações efetivas conforme os princípios postulados pela Carta da Terra. Em outras palavras, busca-se retomar o diálogo e o consenso, mas desde que exista um novo paradigma, construindo um novo *ethos* (morada humana no sentido existencial) que permita uma nova convivência entre os seres humanos e os demais seres vivos (BOFF, 2008, p. 170). O desafio nasce no lidar com a multipluralidade entre rostos, filosofias e tradições culturais e religiosas, presentes na sociedade moderna.

## 2.2 OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CARTA DA TERRA

A visão sobre o crescimento econômico com base na crença generalizada em uma cadeia produtiva industrial munida por recursos naturais ilimitados e o uso desordenado de tais recursos culminaram em consequências drásticas à manutenção dos recursos e impactos ambientais de proporções globais relacionados à biodiversidade de espécies, a qualidade da água, do solo, e do ar, comprometendo no geral, a capacidade de resiliência ecológica dos ambientes naturais (NUCCI; FAVERO, 2003, p. 70).

A Carta da Terra apresenta quatro princípios que buscam nortear atitudes para uma efetiva mudança de comportamento do homem e da sociedade em relação ao meio ambiente. Como um documento atemporal, ela pretende promover o desenvolvimento sustentável que eleve a justiça e reduza as diferenças sociais e evite a destruição ambiental e promova modelos econômicos, sociais, políticos e culturais sustentáveis.

O ideal de sustentabilidade surgiu na década de 1970, e visava um comum acordo entre duas linhas de pensamento: o ideal “desenvolvimentista”, movido pelos interesses econômicos e comerciais, com pouca ou nenhuma preocupação ambiental, e o ideal “zerista”, ou seja, aqueles que defendiam outro extremo, o crescimento zero, temendo a impossibilidade do controle de um ambiente equilibrado em razão da falta de limites impostos aos impactos causados pelas atividades consideradas “desenvolvedoras” da sociedade (ROMEIRO, 2012).

De acordo com os princípios norteadores da Carta da Terra, “Respeitar e cuidar da comunidade de vida” é caracterizado pelo respeito a toda diversidade e comunidade de vida no planeta. São alinhados assim em quatro importantes itens: Respeitar a Terra e a vida em toda a sua diversidade; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor; construir

sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas e garantir a generosidade e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações (MMA, 2010).

De acordo com Almeida e Freire (2013, p. 8), chama-se a atenção da necessidade da aplicação de novas considerações calcadas em uma ética coletiva, apoiada no princípio da responsabilidade. É urgente e necessário o estabelecimento de limites, justificados pelo atual estado de progresso tecnológico e pela organização social, buscando formas de amenizar os resultados das atividades humanas em prol do meio ambiente e a consequente manutenção da própria espécie.

Para isso, atenta-se para a criação de forma que levem em consideração a moderação do desenvolvimento tecnológico concomitante com a preservação dos bens ambientais, fomentando um meio ambiente ecologicamente equilibrado e uma ética de responsabilidade para com as gerações presentes e futuras.

Um dos princípios focalizados na Carta da Terra é a ampliação da percepção humana em relação a suas funções ecológicas e sua posição perante às consequências de seu modo de vida. Murad (2013, p. 455) classifica tal condição como “Eco percepção: predisposição ética em atitudes cotidianas de cunho pessoal e coletivo, sob o anseio da manutenção da teia da vida em nosso planeta”.

Como ponto de partida da Eco percepção, pode-se utilizar da experiência dos astronautas, que ao observar a Terra a partir da Lua ou de seu espaço exterior, puderam entender o caráter de conexão única entre todos os elementos constituintes de sua formação, sendo o planeta então, um organismo vivo, mantido por uma complexa cadeia de processos e interações sistêmicas (BOFF, 2008).

Neste sentido, a dissociação das ideias de mútua cooperação social para a manutenção do ambiente ecologicamente equilibrado e a ordeira participação humana em seus processos, nos remete a um dos princípios mais discutidos em todas as áreas de conhecimento, a sustentabilidade, sendo esta definida e aceita universalmente como a capacidade de atendermos nossas demandas atuais por recursos, sem comprometer a capacidade de gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades (BOFF, 2008).

Sabe-se hoje que o desenvolvimento humano depende diretamente da manutenção da integridade ecológica do planeta e sistemas produtivos conscientes de sua potencial geração de impactos, e sendo assim, que busquem as melhores alternativas para o manejo sustentável dos recursos naturais, juntamente com a redução ou compensação de tais danos. Desta forma, o desenvolvimento tecnológico nos processos é um importante aliado da sociedade na busca pela sustentabilidade (SCHENBERG, 2010).

O quarto princípio da Carta da Terra: “Democracia, não-violência e paz”, levanta uma questão muito importante acerca da ética e integridade ambiental ligada à democracia. Uma vez que, somente a partir de ações participativas e a seguridade da democracia é que a sociedade atual caminhará em direção da sustentabilidade sem o viés político e partidário ligado aos interesses de grandes corporações.

## CAPÍTULO III

### 3.1 A CONCEPÇÃO DA INTEGRIDADE ECOLÓGICA NA CARTA DA TERRA: UMA CRÍTICA AO ATUAL CONCEITO DE INTEGRIDADE ECOLÓGICA.

Sendo o princípio da Integridade Ecológica um componente fundante do documento, o mesmo encontra-se presente em quatro postulados. A Integridade Ecológica está pautada na capacidade de equilíbrio, regeneração, a fim de continuar/manter o sistema íntegro, integrado com as demais partes que o compõem. As atitudes realizadas pelo homem são as maiores responsáveis pelas mudanças e consequências causadas no ecossistema, alterações naturais existem, entretanto, o homem é capaz de provocar alterações artificiais muito mais danosas.

Aqui surge a primeira problemática relacionada à construção da integridade ecológica por uma sociedade. Isto porque a sobrevivência de uma comunidade se baseia em um sistema moral vinculado a um sistema evolutivo centrado na cooperação e ordenação social em todos os níveis de um sistema social. Como o autor Francisco Garrido Peña (2011, p.4) expõe em seu trabalho “*La ética ecológica*”, o homem precisa reaver os limites da comunidade moral, em que são apontados sete princípios básicos para se alcançar uma sociedade socioambiental forte e economicamente igualitária como: justiça social, solidariedade entre as gerações, responsabilidade, precaução, biocentrismo e austeridade.

A atual compreensão de integridade ecológica está associada aos critérios de progresso e crescimento e se apresenta como um critério inviável. Este conceito só nos possibilita reaver parâmetros técnicos e econômicos. Este modelo de progresso reaviva um antropocentrismo considerando o homem uma peça desacoplada da natureza destinada a dominá-la.

Em sua obra “*Sustentabilidade e Educação: Um olhar da ecologia política*”, Loureiro (2012, p. 80) utiliza uma visão holística ao abordar o assunto da integridade ecológica, afirmando que dentro do atual modo de produção o qual estamos inseridos, o capitalismo, não haverá condições de salvar a Terra, é necessária uma mudança de modelo, novos estilos de vida, abandonar hábitos de consumo, desperdício e guerra.

Loureiro também comenta em sua obra supracitada o esforço do capitalismo em aprimorar, sua visão com um viés humanitário e ecológico. Conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, nos dias de hoje, já se encontram amplamente apropriados pelo capitalismo, favorecendo, de certa forma o consumismo, causando ainda mais danos a real sustentabilidade ecológica, conceitos como esse devem ser debatidos de maneira muito mais ampla e crítica, a ponto de garantir um debate mais aprofundado do real significado de

sustentabilidade (DIAS; LOUREIRO, 2017,). É indispensável a abertura de novos rumos para se discutir e praticar a sustentabilidade.

Neste modelo, a capacidade de regeneração do meio ambiente não tem sido o suficiente para manter o equilíbrio, a velocidade que as alterações provocadas pelo homem acontecem são mais rápidas que a capacidade que o meio tem de se regenerar. Além disso, os interesses econômicos presentes na sociedade humana fazem com que a busca por recursos naturais seja sempre mais constante. Além destes, outro ponto que corrobora com isso é o aumento populacional, ocasionando um desgaste ainda maior dos recursos naturais.

Hoshi (2012), aponta o grande erro da sociedade, ao pensar que o desenvolvimento da tecnologia nos salvaria de todos os problemas e nos levaria a um estado de paz e equilíbrio. Infelizmente, o desenvolvimento tecnológico aliado com o capitalismo trouxeram muitos problemas, grande desigualdade social, injustiças socioambientais e a grande degradação do meio ambiente em todas as dimensões. Além disso, o forte desenvolvimento tecnológico e a busca desenfreada pelo poder, causaram uma degradação contínua e a impossibilidade de regeneração.

Parece que o homem esqueceu-se que suas ações refletem diretamente ou indiretamente sobre o meio ambiente, ambiente este que é o seu próprio lar. Esqueceu-se que ele mesmo compõe este meio ambiente, que ele depende dele. Isso torna-se um erro grotesco, ao excluir-se do meio ambiente, o homem coloca-se como figura superior a este. O antropocentrismo opõe a humanidade às demais espécies da Terra e a própria natureza. Na verdade, o ser humano deveria se colocar como referência para o resto das coisas.

A Carta da Terra evidencia a necessidade do homem assumir sua responsabilidade perante o meio ambiente, sinaliza também a criação de uma comunidade com um pensamento diferenciado, se incluindo cada vez mais no meio ambiente, sendo parte do mesmo. Como o homem faz parte do todo, sua missão é preservar e cuidar do local onde vive, além de preservar também restaurar a natureza, assumir suas responsabilidades, cuidar do seu lar.

Assim sendo, a Integridade Ecológica descrita na Carta da Terra proporciona a sensibilização e a transformação de pensamentos, mostrando a importância da sustentabilidade dos recursos naturais, interligando diferentes temas, além de meio ambiente, a pobreza, desigualdade, fome, crescimento populacional, capitalismo, entre outros, todos são temáticas que podem parecer muito distintas entre si, entretanto, todas estão conectadas; a problemática ambiental abrange muitos outros tópicos e gera consequências para muitos organismos que formam a natureza.

Está claro que a integridade ecológica do mundo contemporâneo está apoiada em critérios de crescimento econômico e coloca o antropocentrismo como ideia central na tomada de decisão que norteiam as futuras gerações. Seria o caso de reaver as relações com o planeta? Medidas drásticas não compõem as possíveis soluções para os problemas ambientais, uma vez que a sociedade já se encontra inserida no capitalismo, entretanto, no atual momento o mundo é capaz de se unir através da comunicação, que possui uma força de alcance, o que possibilita a intervenção com uma proposta de discurso ético e moral, este ajustado à temática ambiental.

Assim sendo, uma possível intervenção para a problemática ambiental se encontra na utilização dos meios de comunicações para disseminar informações, uma vez que tais meios são capazes de abranger uma grande quantidade de pessoas. Através das mídias torna-se viável a propagação de discursos, argumentos e demais leituras que possam sensibilizar e até conscientizar quem realiza a leitura de tais materiais.

Não distante do contexto atual, as discussões promovidas pelos idealizadores da Carta da Terra no final do século XX já discutiam ideias centradas na ética ambiental em prol do desenvolvimento sustentável. A Carta da Terra apresenta a integridade ecológica como uma possibilidade de assegurar a estabilidade do planeta e de seus habitantes, em que não caracteriza o ser humano como uma peça central. Segundo Hoshi (2012), a criação da Carta da Terra surge na tentativa de se manter um consenso a respeito da Integridade Ecológica.

Entretanto, a Carta da Terra não é um documento que prioriza o bem estar do ser humano acima de tudo, e sim como parte de um todo, buscando o bem estar de todo o meio ambiente. Leonardo Boff, em seu livro *“Sustentabilidade: o que é – o que não é?”* (2012), analisa o sistema capitalista, afirmando que é característica de tal sistema ocupar uma posição de domínio sobre a natureza, causando desmatamentos, explorações, interferência em ciclos e demais processos naturais. O homem é conhecido como uma espécie individualista, se comparado com os outros animais presentes no planeta Terra, esta visão molda atitudes que se baseiam em buscar o máximo bem estar de tal espécie, muitas vezes em detrimento do meio ambiente, o que é totalmente o contrário do que a Carta propõe.

Desta maneira, a Carta da Terra foi construída se baseando em princípios de alcance geral e princípios específicos com aplicabilidade. Partindo de uma estrutura em que estão divididos em tópicos, tais como: respeito e cuidado com a comunidade de vida; integridade ecológica; justiça econômica e social e democracia, não-violência e paz. De acordo com Hoshi (2012), o conteúdo da Carta da Terra em geral aflora-se de princípios éticos e de uma imposição de conduta, a priori regrado de moralidade, pois lidam de certa forma com valores universais.



Baseada em quatro grandes princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global, de tal maneira que se construa com justiça, sustentabilidade e paz. O documento procura inspirar em todos os povos um novo sentido de responsabilidade, longe da ideia individual, mas sim de maneira compartilhada pelo bem-estar do mundo em seu contexto geral. Segundo Boff (2008, p. 170), a Carta da Terra é em si um documento civilizatório.

Basta uma breve leitura nos princípios da Carta da Terra para compreender que seu conteúdo não é de cunho jurídico, tampouco, um acordo, mas sim preceitos normativos que servem de apoio para políticas de desenvolvimento de caráter sustentável. De acordo com Hoshi (2012), a Carta da Terra tem potencial para servir de modelo na construção de uma constituição global, distante da utopia como se imagina, pois como cita em seu trabalho, isso já fora tentado por meio de Immanuel Kant, com a obra “A paz perpétua”, tanto porque a Carta da Terra serve a muitos propósitos, seja por seu conteúdo ético-moral-filosófico ou até mesmo por sua estrutura.

O princípio da Integridade Ecológica é um dos 4 princípios fundantes do documento, este princípio encontra-se dividido em 4 tópicos, que na íntegra estão enumerados como: 5º, 6º, 7º e 8º postulados.

O 5º postulado é intitulado: “Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida”. Tal princípio surge com o objetivo de apresentar alternativas/ações que sejam capazes de reduzir os inúmeros impactos causados pelo homem.

Este postulado aparece no documento como algo necessário para que seja possível cumprir quatro amplos compromissos apresentados na “Carta da Terra”, são eles: 1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade. 2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor. 3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas. 4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

Segundo Hoshi (2012, p. 16)

O conceito sobre integridade ecológica não é tão simples quanto possa parecer, e seu entendimento é um conjunto de ações e interações complexas. Mas é na integridade ecológica que se consubstancia em verdade a estrutura e o conteúdo da Carta da Terra. Poder-se-ia dizer que ela é o alicerce de sustentação do documento.

Ribeiro e Johnsson, (2017, p. 3) também explicam o conceito de Integridade Ecológica.

O termo integridade ecológica pode ser ainda descrito por outras características comumente associadas, como a sustentabilidade e a resiliência. O conceito de sustentabilidade associado à integridade ecológica reforça o foco na manutenção dos ecossistemas e todos os seus componentes e processos em uma condição onde estes possam continuar a prover bens e serviços ecossistêmicos, que são naturalmente capazes de oferecer. A resiliência, por sua vez, é a capacidade deste ecossistema de recuperar sua integridade, ou condição original, após uma perturbação, seja ela de ordem natural ou produto das atividades humanas.

Sendo assim, é visto que a Integridade Ecológica visa a minimização dos efeitos provocados pela ação antrópica, entretanto, tais ações citadas no 5º postulado só serão possíveis de serem realizadas com um forte apoio Governamental, este sendo efetivado a partir de políticas públicas e econômicas que permitam o desenvolvimento das ações sugeridas no texto. Sem tal apoio, a real efetividade do documento não pode ser garantida, afinal, o mesmo não cria uma obrigação de aplicação e também não coloca incumbência alguma sobre os Estados, (HOSHI, 2015, p. 40).

As ações referentes a precaução e prevenção estão inseridas no 6º postulado: “Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução”, este princípio é regido por cinco ações, voltadas também para a proteção e precaução da Terra, tais ações são:

A. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva; B. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental; C. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance; D. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas; E. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente (CARTA DA TERRA, 2000 p. 3).

O 6º postulado, apresentado acima, estabelece alguns direcionamentos para que a precaução e a prevenção sejam alcançadas.

O 7º postulado: “Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário”. Este, conta com seis ações que corroboram com o objetivo maior, são elas:

A. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos; B. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento; C. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis; D. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais; E. Garantir acesso universal à assistência de

saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável; F. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito, (CARTA DA TERRA, 2000 p. 4).

A adoção de uma produção mais “limpa”, renovável, observando as capacidades da Terra, seria uma ação capaz de alterar e auxiliar muito no processo de cuidado com a Terra, com o meio em que nós, seres humanos, estamos inseridos. Contudo, tal ação é capaz de alterar a vida, o cotidiano, os gastos de toda sociedade, este fato, resumindo, afeta a escolha individual dos indivíduos. De acordo com Lovelock (2010, p.18), o ideal seria novamente, o apoio de órgãos governamentais, que possibilitem a criação de subsídios e impostos, que busquem viabilizar novos rumos para a agroindústria, indústrias e conseqüentemente com a população, em razão de medidas radicais que alteram bruscamente o modo de vida das pessoas que tendem a ser rejeitadas com maior facilidade.

As palavras de Hoshi (2015, p. 20), provocam uma reflexão sobre a real dificuldade de aderir com facilidade aos tópicos abordados na Carta da Terra, uma vez que nos encontramos situados em uma sociedade capitalista com um enorme crescimento populacional:

O crescimento populacional vertiginoso e a ocupação de praticamente toda a parte agricultável do mundo tornam-se um verdadeiro colapso; pois como fazer para que haja alimento para tanta gente e numa escala de produção gigante, ao mesmo tempo em que energia limpa/renovável deve ser perseguida e conseguida, como também incluir no preço de venda os custos ambientais e sociais dos bens e dos serviços, ao passo que deve haver o controle e a eliminação de organismos exógenos ou geneticamente modificados? Todos são imperativos da Carta da Terra. (HOSHI, 2015 p. 20).

A atual sociedade não se encontra disposta a alterar seus métodos tradicionais que muitas vezes são extremamente prejudiciais para a Terra, ou seja, a atual sociedade não está disposta a promover mudanças em prol do bem comum e da preservação e garantia do futuro.

Por fim, o 8º postulado, pertencente à Integridade Ecológica, denomina-se: “Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido”, o qual conta com três ações que objetivam colaborar para a concretização desde princípio, são elas:

A. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada a sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento; B. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano; C. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público (CARTA DA TERRA, 2000, p. 4).

O estudo da sustentabilidade tem muito a oferecer à toda sociedade, uma vez que proporciona uma visão holística de novas formas de contribuir com o meio ambiente, Leff (2010, p. 31), afirma que: “A sustentabilidade é uma maneira de repensar a produção e o processo econômico, de abrir fluxo do tempo a partir da reconfiguração das identidades, rompendo o cerco do mundo e o fechamento da história impostos pela globalização econômica”.

A definição de Leff, favorece o que o 8º princípio aborda, afinal com a democratização dos conhecimentos científicos acerca do meio ambiente e, juntamente com isso, com o avanço dos estudos envolvendo a sustentabilidade, existe um grande aumento na disseminação de informações, que podem levar diferentes grupos sociais a repensarem suas atitudes, muitas vezes tradicionais e que já estão englobadas em um cotidiano.

Não distante, nos últimos anos o Brasil tem buscado atingir índices paramétricos de qualidade de vida através de políticas públicas consoantes com os princípios da Carta da Terra, mesmo que indiretamente. Como afirma Castro (2013), políticas sociais têm papel estratégico no desenvolvimento nacional, mediante seus resultados na ampliação da justiça e coesão social, crescimento e distribuição de renda, reafirmando-se como indispensável e estratégica, não apenas para enfrentar situações conjunturais adversas, como também para criar os alicerces da construção de uma nação economicamente e socialmente mais sustentável e sólida.

O Brasil possui um capítulo na Constituição dedicado exclusivamente aos cuidados ao meio ambiente, em que atribui ao poder público o dever de defesa e preservação e restauração do patrimônio ecológico (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) e um aparato de leis e programas como: Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida na Lei nº 6.938, de 17 de janeiro de 1981; Lei nº 12.305, de 2010 que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Nacional de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE) de 1986, Lei nº 9.795, 1999, a qual dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

O Brasil tem em seu texto constitucional uma considerável gama de direitos fundamentais. Quantos desses direitos nós conseguimos ver sendo aplicados, efetivados e exercidos?

A busca pela integridade ecológica certamente não possui medidas simples e rápidas, a sociedade em que vivemos já compartilha inúmeros hábitos e culturas as quais serão difíceis de serem alteradas, porém, nunca é tarde para repensar nossas atitudes. Práticas ecológicas, tecnologias alternativas, são uma esperança para a busca de um estilo de vida ecologicamente mais sustentável. Entre tais práticas, encontram-se a redução dos padrões de consumo, crítica

direta ao consumismo capitalista e busca por modos de comércio mais sustentáveis, como compra direta com produtores locais, responsáveis ecologicamente e socialmente, diminuição de resíduos, assim como diminuição no uso de transportes poluentes, incentivando o uso de bicicletas e demais meios alternativos e também transportes coletivos. A produção local, associada com conceitos de agroecologia, uso de energia limpa e renovável também auxilia na tentativa de reduzir gastos e recursos (DIAS; LOUREIRO, 2017).

A atitude de proteger o meio ambiente, favorece também a proteção ao indivíduo, com a garantia de direitos básicos e qualidade de vida. Para Leonardo Boff (2012, p. 73) a Carta da Terra é um documento que busca uma visão holística de diversas problemáticas, tais como pobreza, injustiças sociais, conflitos étnicos, paz, democracia, ética...considerando todos estes apresentados como problemas interdependentes, os quais necessitam de soluções includentes. A Carta retrata um grito, em resistência as ameaças constantes que acontecem com a Terra, além disso, ela simboliza também a esperança da existência de um futuro comum, da Terra, e também de toda humanidade.

Uma boa proposta includente, principalmente para futuros professores, se baseia em tornar a Carta da Terra um material didático, ensinando aos estudantes a importância de tal documento, contextualizando com a realidade dos mesmos e possibilitando a disseminação de conhecimento para uma maior parte da sociedade. A Universidade, também entra em tais propostas, uma vez que tem como função a extensão dos conhecimentos para a sociedade em geral, sendo assim, Instituições Federais podem propor projetos com tal temática, objetivando a extensão dos saberes, sensibilizando ainda mais a população.

Existem inúmeras maneiras de se utilizar a Carta da Terra na educação, tudo irá depender do contexto e dos interesses dos professores e estudantes. Em sua obra *Cidadania Planetária*, Gadotti (2010), oferece ao leitor diretrizes realizadas a partir de experiências de educadores, tais diretrizes abordam a importância da consistência dos valores e princípios da Carta da Terra, respeitando o documento da melhor forma, preservando o espírito de tal, além de envolver o estudante através de diálogos e experiências que proporcionem ao aluno uma perspectiva diferente, criando um possível pensamento crítico. Outra diretriz apresentada mostra o uso da Carta da Terra inserido em programas educacionais e materiais didáticos já existentes, tendo em vista que no âmbito escolar, muitas vezes torna-se difícil o acesso a novos materiais e projetos. Gadotti também aborda a importância de ensinar o assunto fora no método de “pregação”/”conversão”, e sim a partir de diálogo e respeito com as diferentes opiniões.

A Carta da Terra se trata de um documento que pode ser utilizado nas salas de aula de forma interdisciplinar, o que promove uma abordagem holística, a Carta da Terra atua como ponte para diversos ramos de discussões e demais trocas de ideais, podendo ser útil em diferentes assuntos situados no cotidiano escolar, além disso, a utilização do documento em ambiente escolar também permite a realização de atividades em ambiente não formal, expandindo o conhecimento com outras partes da sociedade, como por exemplo, realizando na prática conceitos ensinados no documento.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integridade ecológica que o documento expõe tenta abarcar temas complexos que acabam por recair em um único ponto: o desenvolvimento econômico dos Estados e suas prioridades. Se a Carta da Terra enlaça pontos de contato, mesmo tendo sido adotada pela UNESCO e IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) ainda assim ela não tem força e nem status de um documento com poder de obrigar os Estados a cumprirem seus princípios gerais. A Carta da Terra quer ser um parâmetro sobre os quais a civilização ecológica futura se construa. Ela não se aplica na forma da lei, ela é um apelo aos políticos, empresários e cidadãos em geral para que repensem sua relação com a natureza e desenvolvam políticas e meios econômicos sustentáveis.

De que modo a Carta da Terra pode tornar-se prático e efetivar os princípios de sociedade para a dignidade de vida? Como fazer com que os Estados, por meio de suas políticas, apliquem tal conteúdo para que a existência humana e a natureza possam ser garantidas no longo prazo? A quem caberá a saída do antropocentrismo para o cosmocentrismo? Que políticas iremos desenvolver com o objetivo de libertar a democracia dos caprichos do homem e construirmos uma ecocracia em que todos os seres vivos tenham direitos? O que caberá ao homem neste processo? Com certeza, mais deveres do que direitos! Afinal a consciência, a racionalidade e a linguagem não devem servir para o homem dominar os demais seres vivos, cabe o homem o dever de usar suas habilidades humanas para construir relações harmoniosas com todos os seres vivos. Cabe ao ser humano o dever ético de repensar sua relação com a natureza e repensar-se a si mesmo se quiser apostar no futuro como uma possibilidade viável a todos.

A Carta da Terra trata-se de um documento de extrema importância, o qual muitas vezes não é debatido em diversos campos sociais. As escolas por exemplo, deveriam realizar uma maior divulgação deste material, afinal, o mesmo pode ser trabalhado em diferentes níveis escolares, além de apresentar uma linguagem de fácil entendimento. Muitas vezes este material não é conhecido por grande parte da sociedade, portanto, seria de grande valia realizar a divulgação deste material, iniciando em escolas principalmente.

O contexto da Carta da Terra evidencia uma chamada a que todos participem de uma rotação para as concepções biocêntricas, seja de um modo ou de outro. Isto é, enfatiza a reformulação de posturas e pensamentos, por meio do aprofundamento da ideia de que o homem carrega conceitos de moralidade, que atualmente deveriam ser aplicados sem esforço pelos seus

praticantes, impactando em um cenário de vida plena em todas as dimensões, irradiada no coletivo e com menos imperfeições.

Entretanto, além da mudança de pensamento, a sociedade necessita tomar diferentes rumos. O capitalismo tona-se vilão da busca pela sustentabilidade e do equilíbrio ecológicos. A comunidade precisa considerar a mudança de hábitos, uma atitude de extrema importância para a manutenção da vida no planeta Terra. As mudanças vão das questões mais simples até as mais complexas. São mudanças de comportamento. A Integridade ecológica sugerida na Carta da Terra propõe a integração dinâmica e objetiva de todos os ciclos da vida, as quais englobam especialmente o homem e seus modelos de produção. As partes até então divididas e separadas ou então sobrepostas devem colaborar entre si, para que a totalidade da vida seja resguardada, preservada e desenvolvida.



## REFERÊNCIAS

- ALLEGRETI, G; BARCA, S; CENTEMERI, L. Crise ecológica e novos desafios para a democracia. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra. v.100, p. 05-10, 2013. Disponível em: <http://bit.do/fchPm>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ALMEIDA, J. R. DE; FREIRE, S. B. A ética da responsabilidade e a proteção jurídico-ambiental das futuras gerações na constituição federal do Brasil. **Ambivalências**, v. 1, n. 1, p. 1–11, 2013. Disponível em: <http://bit.do/fcejS>. Acesso em: 08 out. 2019.
- AZUAGA. Danos ambientais causados por veículos leves no Brasil. 2000.193f. Tese de mestrado em Engenharia – UFRJ, 2000. Disponível em: <http://bit.do/fcekJ>. Acesso em: 08 out. 2019.
- BOFF, Leonardo. A busca do ethos planetário. **Perspectiva Teológica** (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v.40, p.165-179, 2008. Disponível em: <http://bit.do/fcemz>. Acesso em: 08 out. 2019.
- BOFF, L. A Carta da Terra. **Global Manager**, Caixia dos Sul, – v. 6, n. 10, 2006. Disponível em: <http://bit.do/fcemK>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- BOFF, L. Palestra de Leonardo Boff - Agenda 21/ Fórum Social Mundial 2005. Disponível em: <http://bit.do/fcemN>. Acesso em: 8 ago. 2019.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. Petrópolis, RJ. Vozes, 2017.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Meio Ambiente. 1998.
- CARLOS, A. F. A. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. **Revista do Departamento de Geografia USP**, v. 1, n. 8, p. 75–78, 2011.
- CARTA DA TERRA, 2000. Disponível em: <http://bit.do/fcemV>. Acesso em: 12 abr. de 2018.
- CHIARETTI, P.; SARTI, M. M. O “destino do homem” no discurso sobre a ecologia e o consumo consciente. **Fórum Linguístico**, v. 14, n. 2, p. 21-28, 2017.
- DE CASTRO, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, p. 1011–1042, 2013.
- DIAS, D. B. Problemas ambientais no Brasil. **Revista Educação Ambiental em Ação**, n. 66. 2018. Disponível em: <http://bit.do/fcem3>. Acesso em: 02 jul. 2019.
- DIAS, M. A; LOUREIRO, C. F. Educação ambiental na experiência das ecovilas: integrando as dimensões da sustentabilidade. IX EPEA -Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.
- FERRERO, Elisabeth M; HOLLAND, Joe. **Carta da terra**: reflexão pela ação. Trad. Roberto Cattani. São Paulo: Cortez, 160 p. 2004.

FOX, J. E., et al. Pesticides reduce symbiotic efficiency of nitrogen-fixing rhizobia and host plants. **Pro Natl Acad Sci, USA**, v. 104, n. 24, p. 10282-10287, 2007. Disponível em: <http://bit.do/fcern>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

GADOTTI, M. **A Carta da Terra na educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

HOSHI, S. S. DA C. A Carta da Terra e o princípio da Integridade ecológica. **Veredas do Direito**, v. 9, n. 17, p. 31–60, 2012.

LARA, L. G. A; OLIVEIRA, S. A. A ideologia do crescimento econômico e o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR**, v. 15, n. 2, Rio de Janeiro, Abr./Jun .2017. Disponível em: <http://bit.do/fchRz>. Acesso em: 12 ago. 2019.

LEFF, E. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: Um olhar da ecologia política**. São Paulo. Cortez, 2013.

LOVELOCK, James. **Gaia: Alerta Final**, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010. Disponível em: <http://bit.do/fcenE>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MARGARIDO, B. A. **Governança do desenvolvimento sustentável, integridade ambiental e justiça social**. O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS, 2012.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002. Disponível em: <http://bit.do/fchWf> . Acesso em: 28 ago. 2019.

MENDES, N. C.. Métodos e modelos de caracterização para Avaliação de Impacto do Ciclo de Vida: análise de subsídios para a aplicação no Brasil. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós-Graduação em Processos e Gestão de Operações – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <http://bit.do/fcifw>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MENDES, M. B; AVELAR, K. E. S. Carta da Terra como material didático estratégico. **Lex Cult Revista do CCJF**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 72-94, mai. 2018.. Disponível em: <http://bit.do/fcimd>. Acesso em: 12 ago. 2019.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente (MMA). Agenda 21: Carta da Terra. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/carta-da-terra>>. Acesso em: 23 jul. de 2019.

MORÁN, B. L. E.; MÉNDEZ, R, J. M. De la teoría de la complejidad a la ética ecológica. **Revista de Ciencias Sociales (CI)**, v. 16, n. 1, p. 128–140, 2010.

MUÑOZ, M. A. D. Ecoética e aquecimento global. **Tecer**, v. 8, n. 14, p. 66–74, 2015. Disponível em: <http://bit.do/fceoM>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MURAD, A. T. Consciência planetária, sustentabilidade e religião. Consensos e tarefas. **Horizonte**, v. 11, n. 30, p. 443–475, 2013.

NUCCI, J. C.; FÁVERO, O. A. Desenvolvimento sustentável e conservação da natureza em unidades de conservação: o caso da Floresta Nacional de Ipanema (Iperó/SP). **RA'E GA**, v. 7, n. 1, p. 63–77, 2003.

OLIVEIRA, M. V. G. **Indicadores ambientais para as variáveis de água, energia e resíduo sólido urbano para a instituição de ensino**. Natal, 2017. Disponível em: <http://bit.do/fchWf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PEÑA, F. G. La ética ecológica. **Revista Andaluza de Ciências Sociales**. N. 10. p. 7, 2011. Disponível em: <http://bit.do/fcioL>. Acesso em: 12 ago. 2019.

RIBEIRO, N. B; JOHNSON, R. M. F. **Integridade Ecológica**. In: XX Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, Bento Gonçalves, Anais, 2013.

RIBEIRO, D. C. A. Problemas Ambientais Causados por Agrotóxicos: Uma proposta de Formação de Professores de Química Viabilizando a Metodologia da Resolução de Problemas. Dissertação (Mestrado): Instituto Federal do Rio Grande do Sul-Instituto de Química-Pós Graduação em Química, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <http://bit.do/fcij3>. Acesso em 12 jul. 2019.

RIBEIRO, D. S; PEREIRA, T. S. O agrotóxico nosso de cada dia. **Revista de Ciências da Saúde**, p. 01-13, 2016. Disponível em: <http://bit.do/fcihS>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ROMEIRO, A. Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 65–92, 2012.

SARRIA, C. F. Ética ecológica como ética aplicada. Educación cívica y responsabilidad ecológica. **Revista de Pensament i Anàlisi**, v. 1, n. 10, p. 233–237, 2010.

SCHENBERG, A. C. G. Biotecnologia e desenvolvimento sustentável. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 70, p. 7–17, 2010.

STATE OF GLOBAL AIR 2019 REPORT. Disponível em: <https://www.stateofglobalair.org/>. Acesso em: 20 Ago. 2019.

STANAWAY, J. et al. **Burden of Disease**, 2019. Disponível em: <http://bit.do/fch3j>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VELASQUE, C.; DA SILVA, A. T. G.; DI LORENZO, G. W. Participação democrática e cidadã como mecanismo de superação da crise ecológica no Brasil. **Ius Humani. Law Journal**, v. 7, p. 123–144, 2018. Disponível em: <http://bit.do/fcepd>. Acesso em: 02 jul. 2019.

VIVEIROS, E. P. et al. Por uma nova ética ambiental. **Eng Sanit Ambient**. v.20 n.3. 2015. Disponível em: <http://bit.do/fchN3>. Acesso em 12 ago. 2019.

**ANEXOS**

## **A CARTA DA TERRA**

### **PREÂMBULO**

Estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum. Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos nossa responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações.

### **TERRA, NOSSO LAR**

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

### **A SITUAÇÃO GLOBAL**

Os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma massiva extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas. Os benefícios do desenvolvimento não estão sendo divididos equitativamente e o fosso entre ricos e pobres está aumentando. A injustiça, a pobreza, a ignorância e os conflitos violentos têm aumentado e são causa de grande sofrimento. O crescimento sem precedentes da população humana tem sobrecarregado os sistemas ecológico e social. As bases da segurança global estão ameaçadas. Essas tendências são perigosas, mas não inevitáveis.

## **DESAFIOS PARA O FUTURO**

A escolha é nossa: formar uma aliança global para cuidar da Terra e uns dos outros, ou arriscar a nossa destruição e a da diversidade da vida. São necessárias mudanças fundamentais dos nossos valores, instituições e modos de vida. Devemos entender que, quando as necessidades básicas forem atingidas, o desenvolvimento humano será primariamente voltado a ser mais, não a ter mais. Temos o conhecimento e a tecnologia necessários para abastecer a todos e reduzir nossos impactos ao meio ambiente. O surgimento de uma sociedade civil global está criando novas oportunidades para construir um mundo democrático e humano. 1 Nossos desafios ambientais, econômicos, políticos, sociais e espirituais estão interligados, e juntos podemos forjar soluções includentes.

## **RESPONSABILIDADE UNIVERSAL**

Para realizar estas aspirações, devemos decidir viver com um sentido de responsabilidade universal, identificando-nos com toda a comunidade terrestre bem como com nossa comunidade local. Somos, ao mesmo tempo, cidadãos de nações diferentes e de um mundo no qual as dimensões locais e globais estão ligadas. Cada um compartilha da responsabilidade pelo presente e pelo futuro, pelo bem-estar da família humana e de todo o mundo dos seres vivos. O espírito de solidariedade humana e de parentesco com toda a vida é fortalecido quando vivemos com reverência o mistério da existência, com gratidão pelo dom da vida, e com humildade considerando em relação ao lugar que ocupa o ser humano na natureza. Necessitamos com urgência de uma visão compartilhada de valores básicos para proporcionar um fundamento ético à comunidade mundial emergente. Portanto, juntos na esperança, afirmamos os seguintes princípios, todos interdependentes, visando um modo de vida sustentável como critério comum, através dos quais a conduta de todos os indivíduos, organizações, empresas, governos, e instituições transnacionais será guiada e avaliada.

## **PRINCÍPIOS**

### **I. RESPEITAR E CUIDAR DA COMUNIDADE DE VIDA**

1. Respeitar a Terra e a vida em toda sua diversidade.
  - a. Reconhecer que todos os seres são interligados e cada forma de vida tem valor, independentemente de sua utilidade para os seres humanos.

b. Afirmar a fé na dignidade inerente de todos os seres humanos e no potencial intelectual, artístico, ético e espiritual da humanidade.

2. Cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão e amor.

a. Aceitar que, com o direito de possuir, administrar e usar os recursos naturais vem o dever de impedir o dano causado ao meio ambiente e de proteger os direitos das pessoas.

b. Assumir que o aumento da liberdade, dos conhecimentos e do poder implica responsabilidade na promoção do bem comum.

3. Construir sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas.

a. Assegurar que as comunidades em todos níveis garantam os direitos humanos e as liberdades fundamentais e proporcionem a cada um a oportunidade de realizar seu pleno potencial.

b. Promover a justiça econômica e social, propiciando a todos a consecução de uma subsistência significativa e segura, que seja ecologicamente responsável.

4. Garantir as dádivas e a beleza da Terra para as atuais e as futuras gerações.

a. Reconhecer que a liberdade de ação de cada geração é condicionada pelas necessidades das gerações futuras.

b. Transmitir às futuras gerações valores, tradições e instituições que apoiem, em longo prazo, a prosperidade das comunidades humanas e ecológicas da Terra.

**Para poder cumprir estes quatro amplos compromissos, é necessário:**

## **II. INTEGRIDADE ECOLÓGICA**

**5. Proteger e restaurar a integridade dos sistemas ecológicos da Terra, com especial preocupação pela diversidade biológica e pelos processos naturais que sustentam a vida.**

a. Adotar planos e regulamentações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis que façam com que a conservação ambiental e a reabilitação sejam parte integral de todas as iniciativas de desenvolvimento.

b. Estabelecer e proteger as reservas com uma natureza viável e da biosfera, incluindo terras selvagens e áreas marinhas, para proteger os sistemas de sustento à vida da Terra, manter a biodiversidade e preservar nossa herança natural.

c. Promover a recuperação de espécies e ecossistemas ameaçadas.

d. Controlar e erradicar organismos não-nativos ou modificados geneticamente que causem dano às espécies nativas, ao meio ambiente, e prevenir a introdução desses organismos daninhos.

e. Manejar o uso de recursos renováveis como água, solo, produtos florestais e vida marinha de forma que não excedam as taxas de regeneração e que protejam a sanidade dos ecossistemas.

f. Manejar a extração e o uso de recursos não-renováveis, como minerais e combustíveis fósseis de forma que diminuam a exaustão e não causem dano ambiental grave.

**6. Prevenir o dano ao ambiente como o melhor método de proteção ambiental e, quando o conhecimento for limitado, assumir uma postura de precaução.**

a. Orientar ações para evitar a possibilidade de sérios ou irreversíveis danos ambientais mesmo quando a informação científica for incompleta ou não conclusiva.

b. Impor o ônus da prova àqueles que afirmarem que a atividade proposta não causará dano significativo e fazer com que os grupos sejam responsabilizados pelo dano ambiental.

c. Garantir que a decisão a ser tomada se oriente pelas consequências humanas globais, cumulativas, de longo prazo, indiretas e de longo alcance.

d. Impedir a poluição de qualquer parte do meio ambiente e não permitir o aumento de substâncias radioativas, tóxicas ou outras substâncias perigosas.

e. Evitar que atividades militares causem dano ao meio ambiente.

**7. Adotar padrões de produção, consumo e reprodução que protejam as capacidades regenerativas da Terra, os direitos humanos e o bem-estar comunitário.**

a. Reduzir, reutilizar e reciclar materiais usados nos sistemas de produção e consumo e garantir que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos.

b. Atuar com restrição e eficiência no uso de energia e recorrer cada vez mais aos recursos energéticos renováveis, como a energia solar e do vento.

c. Promover o desenvolvimento, a adoção e a transferência equitativa de tecnologias ambientais saudáveis.

d. Incluir totalmente os custos ambientais e sociais de bens e serviços no preço de venda e habilitar os consumidores a identificar produtos que satisfaçam as mais altas normas sociais e ambientais.

e. Garantir acesso universal à assistência de saúde que fomente a saúde reprodutiva e a reprodução responsável. f. Adotar estilos de vida que acentuem a qualidade de vida e subsistência material num mundo finito.



**8. Avançar o estudo da sustentabilidade ecológica e promover a troca aberta e a ampla aplicação do conhecimento adquirido.**

- a. Apoiar a cooperação científica e técnica internacional relacionada à sustentabilidade, com especial atenção às necessidades das nações em desenvolvimento.
- b. Reconhecer e preservar os conhecimentos tradicionais e a sabedoria espiritual em todas as culturas que contribuam para a proteção ambiental e o bem-estar humano.
- c. Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

**III. JUSTIÇA SOCIAL E ECONÔMICA**

**9. Erradicar a pobreza como um imperativo ético, social e ambiental.**

- a. Garantir o direito à água potável, ao ar puro, à segurança alimentar, aos solos não contaminados, ao abrigo e saneamento seguro, distribuindo os recursos nacionais e internacionais requeridos.
- b. Prover cada ser humano de educação e recursos para assegurar uma subsistência sustentável, e proporcionar seguro social e segurança coletiva a todos aqueles que não são capazes de manter-se por conta própria.
- c. Reconhecer os ignorados, proteger os vulneráveis, servir àqueles que sofrem, e permitir-lhes desenvolver suas capacidades e alcançar suas aspirações.

**10. Garantir que as atividades e instituições econômicas em todos os níveis promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável.**

- a. Promover a distribuição equitativa da riqueza dentro das e entre as nações.
- b. Incrementar os recursos intelectuais, financeiros, técnicos e sociais das nações em desenvolvimento e isentá-las de dívidas internacionais onerosas.
- c. Garantir que todas as transações comerciais apoiem o uso de recursos sustentáveis, a proteção ambiental e normas trabalhistas progressistas.
- d. Exigir que corporações multinacionais e organizações financeiras internacionais atuem com transparência em benefício do bem comum e responsabilizá-las pelas consequências de suas atividades.

**11. Afirmar a igualdade e a equidade de gênero como pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável e assegurar o acesso universal à educação, assistência de saúde e às oportunidades econômicas.**

- a. Assegurar os direitos humanos das mulheres e das meninas e acabar com toda violência contra elas.
- b. Promover a participação ativa das mulheres em todos os aspectos da vida econômica, política, civil, social e cultural como parceiras plenas e paritárias, tomadoras de decisão, líderes e beneficiárias.
- c. Fortalecer as famílias e garantir a segurança e a educação amorosa de todos os membros da família.

**12. Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social, capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar espiritual, concedendo especial atenção aos direitos dos povos indígenas e minorias.**

- a. Eliminar a discriminação em todas suas formas, como as baseadas em raça, cor, gênero, orientação sexual, religião, idioma e origem nacional, étnica ou social.
- b. Afirmar o direito dos povos indígenas à sua espiritualidade, conhecimentos, terras e recursos, assim como às suas práticas relacionadas a formas sustentáveis de vida.
- c. Honrar e apoiar os jovens das nossas comunidades, habilitando-os a cumprir seu papel essencial na criação de sociedades sustentáveis.
- d. Proteger e restaurar lugares notáveis pelo significado cultural e espiritual.

**IV. DEMOCRACIA, NÃO VIOLÊNCIA E PAZ**

**13. Fortalecer as instituições democráticas em todos os níveis e proporcionar-lhes transparência e prestação de contas no exercício do governo, participação inclusiva na tomada de decisões, e acesso à justiça.**

- a. Defender o direito de todas as pessoas no sentido de receber informação clara e oportuna sobre assuntos ambientais e todos os planos de desenvolvimento e atividades que poderiam afetá-las ou nos quais tenham interesse.
- b. Apoiar sociedades civis locais, regionais e globais e promover a participação significativa de todos os indivíduos e organizações na tomada de decisões.
- c. Proteger os direitos à liberdade de opinião, de expressão, de assembleia pacífica, de associação e de oposição.

d. Instituir o acesso efetivo e eficiente a procedimentos administrativos e judiciais independentes, incluindo retificação e compensação por danos ambientais e pela ameaça de tais danos.

e. Eliminar a corrupção em todas as instituições públicas e privadas. f. Fortalecer as comunidades locais, habilitando-as a cuidar dos seus próprios ambientes, e atribuir responsabilidades ambientais aos níveis governamentais em que possam ser cumpridas mais efetivamente.

**14. Integrar, na educação formal e na aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.**

a. Oferecer a todos, especialmente a crianças e jovens, oportunidades educativas que lhes permitam contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

b. Promover a contribuição das artes e humanidades, assim como das ciências, na educação para sustentabilidade.

c. Intensificar o papel dos meios de comunicação de massa no sentido de aumentar a sensibilização para os desafios ecológicos e sociais.

d. Reconhecer a importância da educação moral e espiritual para uma subsistência sustentável.

**15. Tratar todos os seres vivos com respeito e consideração.**

a. Impedir crueldades aos animais mantidos em sociedades humanas e protegê-los de sofrimentos.

b. Proteger animais selvagens de métodos de caça, armadilhas e pesca que causem sofrimento extremo, prolongado ou evitável.

c. Evitar ou eliminar ao máximo possível a captura ou destruição de espécies não visadas.

**16. Promover uma cultura de tolerância, não violência e paz.**

a. Estimular e apoiar o entendimento mútuo, a solidariedade e a cooperação entre todas as pessoas, dentro das e entre as nações.

b. Implementar estratégias amplas para prevenir conflitos violentos e usar a colaboração na resolução de problemas para manejar e resolver conflitos ambientais e outras disputas.

c. Desmilitarizar os sistemas de segurança nacional até chegar ao nível de uma postura não provocativa da defesa e converter os recursos militares em propósitos pacíficos, incluindo restauração ecológica.

d. Eliminar armas nucleares, biológicas e tóxicas e outras armas de destruição em massa.

- e. Assegurar que o uso do espaço orbital e cósmico mantenha a proteção ambiental e a paz.
- f. Reconhecer que a paz é a plenitude criada por relações corretas consigo mesmo, com outras pessoas, outras culturas, outras vidas, com a Terra e com a totalidade maior da qual somos parte.

## **O CAMINHO ADIANTE**

Como nunca antes na história, o destino comum nos conclama a buscar um novo começo. Tal renovação é a promessa dos princípios da Carta da Terra. Para cumprir esta promessa, temos que nos comprometer a adotar e promover os valores e objetivos da Carta.

Isto requer uma mudança na mente e no coração. Requer um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal. Devemos desenvolver e aplicar com imaginação a visão de um modo de vida sustentável aos níveis local, nacional, regional e global. Nossa diversidade cultural é uma herança preciosa, e diferentes culturas encontrarão suas próprias e distintas formas de realizar esta visão. Devemos aprofundar e expandir o diálogo global gerado pela Carta da Terra, porque temos muito que aprender a partir da busca iminente e conjunta por verdade e sabedoria.

A vida muitas vezes envolve tensões entre valores importantes. Isto pode significar escolhas difíceis. Porém, necessitamos encontrar caminhos para harmonizar a diversidade com a unidade, o exercício da liberdade com o bem comum, objetivos de curto prazo com metas de longo prazo. Todo indivíduo, família, organização e comunidade têm um papel vital a desempenhar. As artes, as ciências, as religiões, as instituições educativas, os meios de comunicação, as empresas, as organizações não-governamentais e os governos são todos chamados a oferecer uma liderança criativa. A parceria entre governo, sociedade civil e empresas é essencial para uma governabilidade efetiva.

Para construir uma comunidade global sustentável, as nações do mundo devem renovar seu compromisso com as Nações Unidas, cumprir com suas obrigações respeitando os acordos internacionais existentes e apoiar a implementação dos princípios da Carta da Terra com um instrumento internacional legalmente unificador quanto ao ambiente e ao desenvolvimento.

Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida.

